



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE VILHENA
PALÁCIO VEREADOR NADIR ERENO GRAEBIN
DIRETORIA JURÍDICA



Processo Legislativo n.: 068/2021

Assunto: Projeto de Lei n. 6.079/2021

Autor: Poder Executivo

De: Diretoria Jurídica

Para: COSPAMATIC

DESPACHO n. 04

A nova Lei de Licitações (Lei Federal n. 14.133/2021)¹ dispõe no seu artigo 76, inc. I, alínea "c"², o seguinte:

*Art. 76. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, **será precedida de avaliação** e obedecerá às seguintes normas:*

I - tratando-se de bens imóveis, inclusive os pertencentes às autarquias e às fundações, exigirá autorização legislativa e dependerá de licitação na modalidade leilão, dispensada a realização de licitação nos casos de:

[...]

*c) permuta por outros imóveis que atendam aos requisitos relacionados às finalidades principais da Administração, desde que a diferença apurada não ultrapasse a metade do valor do imóvel que será ofertado pela União, **segundo avaliação prévia**, e ocorra a torna de valores, sempre que for o caso;*

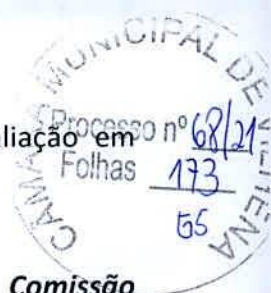
Conforme se vê, no caso de permuta, além da autorização legislativa (PL n. 6.079/21 – fls. 03-v/04) e da existência de interesse público devidamente justificado (fls. 02-v e 166), é obrigatória a **avaliação prévia** dos imóveis a serem permutados.

Sucedendo que, SMJ, não localizei nos autos a avaliação mercadológica prévia e atualizada dos dois imóveis a serem permutados (Chácara 161-A, Setor D – fl. 89, e Chácara 161-B, Setor D – fl. 165-v), havendo avaliação somente de um dos imóveis, que por

¹ Cujá vigência iniciará em dois anos, a partir de sua publicação oficial (art. 193, II), mas que já pode ser aplicada pela Administração.

² Idêntica regra consta no artigo 17, I, "c", Lei Federal n. 8.666/93.

sua vez não é atual (do imóvel público Chácara 161-A, Setor D, última avaliação em 14/11/2016, no valor de R\$ 57.000,00, fls. 06/10-v).



Ante o exposto, peço vênia para devolver o feito à Comissão Permanente e, no mais, recomendar a devolução da matéria ao Poder Executivo, solicitando deste que elabore e junte nos autos as avaliações mercadológicas prévias e atualizadas dos imóveis a serem permutados (Chácara 161-A, Setor D – fl. 89, e Chácara 161-B, Setor D – fl. 165-v), em cumprimento ao disposto na parte final da alínea “c”, do inciso I, e do caput do artigo 76, da Lei Federal n. 14.133/2021.

Câmara de Vereadores, 20 de abril de 2021.

GÜNTHER SCHULZ

Advogado da Câmara Municipal
OAB/RO 10.345